

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 904/2024

Fica por meio deste AUTORIZADO á abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme **Art. 75 II**, da Lei 14.133/2021 de 01.04.2021, para o OBJETO e dados adiante discriminados:

01. Objeto: REF PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO PARA CURSO PREPARATORIO PARA CERTIFICAÇÃO VALIDADO PELA SPREV=SECRETARIA DA PREVIDENCIA PARA A PRESIDENTE DO CONSELHO DO RPPS/FAPS,JULIANE DA ROSA SCHEID, POIS DIANTE DA EXIGENCIA LEGAL OS SONSELHOS E COMITES DE INVESTIMENTO DE TODOS OS RPPS DEVEM ESTAR CERTIFICADAS ATE O DIA 31/07/2024.MEDIANTE PA 2391/2024

| ITEM                      | QDTE. | DESCRIÇÃO/COMPLEMENTO                       |                                            | VALOR POR ITEM | VALOR TOTAL POR ITEM |
|---------------------------|-------|---------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------|----------------------|
| 1                         | 1,0   | Curso p/conselhos municipais                | EAD CURSO PREPARATORIO DIRIGETE E CONSELHO | 474,00         | 474,00               |
| 2                         | 1,0   | Cursos / Eventos para servidores municipais | EAD CURSO PREPARATORIO GESTOR E COMITE     | 546,00         | 546,00               |
| VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO: |       |                                             |                                            |                | 1.020,00             |

Unidade: FAPS - Fundo Assist. Prev. Social

Fonte de Recurso: Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Ad

Fornecedor/Prestador de Serviços: GESTOR UM EDUCACAO LTDA

PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No que tange à contratação pretendida, a lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de *dispensa de licitação, na forma do art. 75*. Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico. Consta em anexo, documento de formalização da demanda *comunicação interna, com pesquisa de mercado e justificativas*. Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 da lei nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II ), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII). As informações demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV). A razão da escolha está pautada em critério objetivo, qual seja – menor preço, estando assim atendido o pressuposto do art. 72, inciso vi, da lei nº 14.133/2021.

Por fim, atendidos os requisitos do **Decreto Municipal nº 188/2021**, de 4 de outubro de 2021.**Em face do exposto**, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do art. **75, II, da lei nº 14.133/2021**.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do art. 72, inciso VIII, da lei nº 14.133/2021.

Ubiretama/RS, em 16 de maio de 2024.

Bel. MATHEUS COELHO MORAES  
OAB/RS 102.735

RATIFICAÇÃO DE PARECER

Homologo e ratifico o parecer jurídico supra. Proceda-se como exposto.

Ubiretama/RS, em 16 de maio de 2024

RODRIGO DANIEL BLOCH  
Prefeito Municipal  
ATESTADO DE PUBLICAÇÃO

Atesto que o extrato de DISPENSA DE LICITAÇÃO acima foi publo no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Ubiretama/RS, durante 05 (cinco) dias, a partir do dia 17/05/2024

Ubiretama/RS, em 16 de maio de 2024.